



# ESTATUTOS

## DA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA

### “COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES”





## CAPÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, SEDE E ÂMBITO DE AÇÃO E FINS

#### ARTIGO 1.º

##### DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA

A “Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres”, A.C.N.S.P., é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da Lei aplicável e, em especial, pelos presentes Estatutos.

#### ARTIGO 2.º

##### SEDE E ÂMBITO DE AÇÃO

A “Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres” tem a sua sede na Rua 25 de Abril, sem número, União das Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, concelho de Ponte de Sor, distrito de Portalegre e o seu âmbito de ação abrange o concelho de Ponte de Sor, tendo como prioridade servir a União das Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor.

#### ARTIGO 3.º

##### OBJETIVOS

A Associação tem por objeto o apoio à terceira idade, às crianças e aos jovens. Aos idosos dá as respostas em termos de centro de dia, apoio domiciliário, centro de convívio e estrutura residencial. Relativamente às crianças e aos jovens, terá a seu cargo um Centro de Atividades de Tempos Livres com refeitório, e desenvolverá parcerias com a Câmara Municipal de Ponte de Sor e/ou outros parceiros, nomeadamente, a nível da Componente de Apoio à Família, referente à Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico com Jardim de Infância de Vale de Açor.

#### ARTIGO 4.º

##### ATIVIDADES

Para realização dos seus objetivos, a Associação propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- a) Proporcionar um local de convívio intergeracional;
- b) Possuir um centro de dia para fomentar as relações interpessoais e combater o isolamento;
- c) Prestar apoio domiciliário aos idosos;
- d) Possuir uma estrutura residencial permanente para idoso onde serão desenvolvidas atividades de apoio biopsicossocial;
- e) Criar mecanismos para preservação e incentivo às relações intra-familiares, assumindo a família dos seus clientes como uma parte integrante do processo de integração e planeamento social do idoso e eventualmente, da criança;
- f) Promover a saúde da população de maior risco: idosos, para que envelheçam de uma forma saudável; crianças e jovens, para que se integrem social e culturalmente no meio onde vivem.
- g) Permitir a cada criança, através da participação na vida em grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade e criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança, promovendo um clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um; d)



Favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/estabelecimento, em ordem de uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio.

h) Fornecer refeições às crianças e jovens referidos nas alíneas anteriores.

## ARTIGO 5.º

### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**Número Um:** Os serviços prestados pela instituição serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos clientes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.

**Número Dois:** As tabelas de comparticipação dos clientes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS

## ARTIGO 6.º

### QUALIDADE DE ASSOCIADO

Podem ser Associados pessoas singulares, maiores de dezoito anos e pessoas coletivas, mediante o pagamento de quotas e prestação de serviços.

## ARTIGO 7.º

### CATEGORIAS

Haverá duas categorias de Associados:

**Número Um:** EFETIVOS – As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação, obrigando-se ao pagamento da joia e quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

**Número Dois:** HONORÁRIOS – As pessoas que através de serviços ou donativos deem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Associação, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.

## ARTIGO 8.º

### REGISTO DE SÓCIO

A qualidade de Associado prova-se pela inscrição no livro respetivo que a Associação obrigatoriamente possuirá.

## ARTIGO 9.º

### DIREITOS DOS ASSOCIADOS

São direitos dos Associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do número 2 do



artigo 29.º dos presentes Estatutos;

- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

#### **ARTIGO 10.º**

##### **DEVERES DOS ASSOCIADOS**

São deveres dos Associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de Associados efetivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

#### **ARTIGO 11.º**

##### **SANÇÕES**

1 - Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 10.º ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão de direitos até 90 dias;
- c) Demissão;

2 - São demitidos os sócios que, por atos dolosos, tenham prejudicado materialmente a Associação.

3 - As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da direção.

4 - A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da direção.

5 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 só se efetivará mediante audiência obrigatória do Associado.

6 - A suspensão de direitos não desobriga o pagamento da quota.

#### **ARTIGO 12.º**

##### **CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS**

1 - Os Associados efetivos só podem exercer os direitos referidos no artigo 9.º se tiverem em dia de pagamento das suas quotas.

2 - Não são elegíveis para os Corpos Gerentes os Associados que mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos diretivos da Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

3 - Os Associados efetivos que tenham sido admitidos há menos de um ano não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo 9.º podendo assistir às reuniões da Assembleia, mas sem direito a voto.

#### **ARTIGO 13.º**

##### **INTRANSMISSIBILIDADE**

A qualidade de Associado não é transmissível quer por ato entre vivos, quer por sucessão.



## **ARTIGO 14.º**

### **PERDA DE QUALIDADE DE ASSOCIADO**

Perdem a qualidade de Associados:

#### **NÚMERO UM:**

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante doze meses;
- c) Os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 11.º dos presentes Estatutos.

**NÚMERO DOIS:** No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o Associado que tenha sido notificado pela direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, e não faça no prazo de 30 dias da notificação.

## **ARTIGO 15.º**

O Associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo e que foi membro da Associação.

Ao fim de cada mandato dos Corpos Gerentes, ou seja, com o término de cada quadriénio de mandato, a lista dos Associados deverá ser atualizada, prevendo o cumprimento dos artigos anteriores.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS CORPOS GERENTES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **ARTIGO 16.º**

### **COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

- 1 - São órgãos sociais da Associação, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.
- 2 - O exercício de qualquer cargo dos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.
- 3 - Os titulares da Direção, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral não podem ser simultaneamente trabalhadores da associação.

## **ARTIGO 17.º**

### **INCOMPATIBILIDADE**

- 1 - Nenhum titular da Direção pode ser simultaneamente titular do Conselho Fiscal ou da mesa da Assembleia Geral.
- 2 - Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior não podem ser simultaneamente membros da mesa da Assembleia Geral.

## **ARTIGO 18.º**

### **MANDATOS DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS**

- 1. A duração do mandato dos corpos gerentes é de quatro anos, devendo proceder-se à



eleição na Assembleia Geral Ordinária a realizar até 31 de Dezembro do último ano de cada quadriénio.

**2** - O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar até ao trigésimo dia do ano civil imediato ao das eleições.

**3** - Quando a eleição tenha sido efetuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no n.º 2 ou no prazo de trinta dias após a eleição, mas, neste caso, e para efeitos do n.º 1, o mandato considera-se iniciado no trigésimo dia do ano civil em que se realizou a eleição.

**4** - Caso o Presidente cessante da mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação da eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.

**5** - Quando as eleições, por ausência de listas candidatas, não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

**6** - A Direção em exercício nos termos do número anterior, convocará novo ato eleitoral que se realizará, obrigatoriamente, no prazo máximo de seis meses.

**7** - Persistindo a situação descrita no ponto Cinco cabe, de imediato, aos elementos da Assembleia Geral nomear uma Comissão Administrativa que assumirá a gestão da Associação até à realização de novo ato eleitoral.

**8** - Num prazo não superior a três meses a Comissão Administrativa marcará novo ato eleitoral.

## **ARTIGO 19.º**

### **FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS EM GERAL**

**1** – Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.

**2** – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

## **ARTIGO 20.º**

### **FUNCIONAMENTO DOS CORPOS GERENTES**

**1** – Os membros dos corpos gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para dois mandatos, para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

**2** – Sem prejuízo do n.º 1 o Presidente da Direção só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

**3** – Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo, na mesma Associação.

**4** – Os corpos gerentes serão, em princípio, constituídos por Associados, da própria Associação, pelos fundadores ou pessoas por eles designadas.

**5** – O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal.



## **ARTIGO 21.º**

### **FUNCIONAMENTO**

1 – Os corpos gerentes são convocados pelos respetivos Presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 – As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3 – As votações respeitantes às eleições dos corpos gerentes ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

4 – Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

5 – Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior apenas completam o mandato.

## **ARTIGO 22.º**

### **RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

1 – Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminal pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato, conforme os artigos 164.º e 165.º do Código Civil.

2 – Além dos motivos previstos na Lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade, se:

- a) Não tiverem tomado parte da respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

## **ARTIGO 23.º**

### **IMPEDIMENTOS**

1 – Os membros dos corpos gerentes e Associados em geral não poderão votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

2 – Os membros dos corpos gerentes não podem contratar direta ou indiretamente com a Associação salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.

3 – Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das atas das reuniões dos respetivos Corpos Gerentes.

## **ARTIGO 24.º**

### **REGISTO DOS ATOS**

Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

## **SECÇÃO II**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

## **ARTIGO 25.º**

### **CONSTITUIÇÃO**





1 – A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados que tenham as suas quotas em dia, sendo caso disso, e não se encontrem suspensos.

2 – A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva mesa, que se compõe de um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário.

3 – Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os Associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

## **ARTIGO 26.º**

### **DELIBERAÇÕES**

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais da atuação da Associação;
- b) Eleger e destituir por votação secreta os membros da respetiva mesa, da Direção e do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação a qualquer título de bens imóveis e outros bens patrimoniais de rendimento, ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Autorizar a Associação a demandar os membros dos corpos gerentes por fatos praticados, no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
- h) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens.

## **ARTIGO 27.º**

### **REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Número Um:** A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

**Número Dois:** A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:

- a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para a eleição dos Corpos Gerentes;
- b) Até dia 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas da gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
- c) Até dia 30 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do Orçamento e Programa de Ação para o ano seguinte.

**Número Três:** A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária, quando convocada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral, a pedido da direção ou do conselho fiscal, ou, ainda, a requerimento de, pelo menos, 10% dos Associados, no pleno gozo dos seus direitos.

## **ARTIGO 28.º**

### **CONVOCAÇÃO E PUBLICITAÇÃO**

1 - A Assembleia Geral deve ser convocada com quinze dias de antecedência, pelo Presidente da mesa ou seu substituto.

2 - A convocatória é feita por meio de aviso postal ou circular expedida por cada Associado ou através de anúncio publicado em um dos jornais de maior circulação da área da sede da





Associação ou através correio eletrônico, dando-se publicidade através de anúncio publicado no sítio na Internet, bem como deverá ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente, o dia, a hora, local e ordem de trabalhos.

**4** - Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da Associação, logo, que a convocatória seja expedida para os Associados.

**5** - A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

## **ARTIGO 29.º**

### **FUNCIONAMENTO**

**1** - A Assembleia Geral reunirá à hora marcada da convocatória com a presença de maioria simples dos Associados com direito a voto ou trinta minutos depois com qualquer número de presentes.

**2** - A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

**3** - Os Associados poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por outros Associados, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa. Cada Associado não poderá representar mais de um Associado.

**4** - É admitido o voto por correspondência, sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos, com a assinatura presencial devidamente reconhecida.

## **ARTIGO 30.º**

### **DELIBERAÇÕES**

**1** – Salvo o disposto no número seguinte, as disposições da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de votos, não se contando as abstenções.

**2** – As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g) e h) do artigo 28º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo, menos, dois terços dos votos expressos.

**3** – No caso da alínea e) do artigo 28.º a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de Associados igual ao dobro dos membros dos corpos gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência na Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

## **ARTIGO 31.º**

### **ORDEM DE TRABALHO**

A inclusão de novos pontos na ordem de trabalhos só será permitida se apresentada no início da Assembleia e aprovada por unanimidade dos Associados presentes na reunião.

## **SEÇÃO III DA DIREÇÃO**

## **ARTIGO 32.º CONSTITUIÇÃO**



1 – A Direção da Associação é constituída por cinco membros, dos quais um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

2 – Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.

3 – No caso de vacatura do cargo de Presidente será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente e, este, substituído por um suplente.

4 – Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direção, mas sem direito a voto.

### **ARTIGO 33.º**

#### **COMPETÊNCIAS**

Compete à Direção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros nos termos da Lei;
- d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em juízos ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação.

### **ARTIGO 34.º**

#### **COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA DIREÇÃO**

Compete ao Presidente da Direção:

- a) Superintender na administração da Associação, orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da direção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando, estes últimos, à confirmação da direção, na primeira reunião seguinte.

### **ARTIGO 35.º**

#### **COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO**

Compete ao Vice-Presidente da Direção coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

### **ARTIGO 36.º**

#### **COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO DA DIREÇÃO**

Compete ao Secretário da Direção:

- a) Lacrar as atas das reuniões da direção e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda dos trabalhos para as reuniões da direção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.



## **ARTIGO 37.º**

### **COMPETÊNCIAS DO TESOUREIRO DA DIREÇÃO**

Compete ao Tesoureiro da Direção:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e guias de receita, conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar, mensalmente, à direção, o balancete, em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

## **ARTIGO 38.º**

### **COMPETÊNCIAS DO VOGAL DA DIREÇÃO**

Compete ao Vogal da Direção coadjuvar os restantes membros da Direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhe atribuir.

## **ARTIGO 39.º**

### **DEVERES**

A Direção reunirá sempre que julgar conveniente, por convocação do respetivo Presidente e, obrigatoriamente, pelo menos, uma vez por mês e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

## **ARTIGO 40.º**

### **FORMA DE OBRIGAR**

**Número Um:** Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direção ou as assinaturas conjuntas dos respetivos Presidente e Tesoureiro.

**Número Dois:** Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas dos respetivos Presidente da Direção e Tesoureiro.

**Número Três:** Nos atos de mero expediente, bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

## **SEÇÃO IV**

### **DO CONSELHO FISCAL**

## **ARTIGO 41.º**

### **CONSELHO FISCAL**

1 – O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais, um Presidente e dois Vogais.

2 – Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.

3 – No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo 1.º Vogal e, este, por um suplente.

## **ARTIGO 42.º**

### **COMPETÊNCIAS**

Compete ao conselho fiscal vigiar pelo cumprimento da Lei e dos Estatutos incumbindo-lhe



designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Associação sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do Órgão Executivo sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o Órgão Executivo submeta à sua apreciação.

#### **ARTIGO 43.º**

##### **QUALIDADE DO ÓRGÃO FISCAL**

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão com aquele órgão de determinados assuntos cuja importância o justifique.

#### **ARTIGO 44.º**

##### **FUNCIONAMENTO**

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do respetivo Presidente, e, obrigatoriamente, pelo menos, uma vez em cada trimestre e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

#### **ARTIGO 45.º**

##### **PATRIMÓNIO**

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos Associados à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

#### **ARTIGO 46.º**

##### **RECEITAS**

São receitas da Associação:

- a) O produto das joias e quotas dos Associados;
- b) A participação dos clientes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) As subvenções e definidas nos termos dos protocolos a estabelecer com a Câmara Municipal de Ponte de Sor ou outras entidades nos termos do Artigo 3.º, dos presentes Estatutos;
- h) Outras receitas.

#### **ARTIGO 47.º**

##### **QUOTAS, SERVIÇOS OU DONATIVOS**

**Número Um:** Os Associados pagam uma quota mensal, de valor fixado pela Direção e ratificado em Assembleia Geral.

**Número Dois:** Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à Direção,



propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **ARTIGO 48.º**

##### **EXTINÇÃO**

**1** – No caso de extinção, será eleita pela Assembleia Geral ou pela entidade que decretou a extinção, uma Comissão Liquidatária.

**2** – Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática de atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

#### **ARTIGO 49.º**

##### **CASOS OMISSOS**

Os casos omissos nos presentes Estatutos e o no Regulamento Interno serão resolvidos pela Assembleia Geral, de harmonia com a legislação em vigor e os princípios gerais de direito.

**Vale de Açor, 8 de Novembro de 2015**

**O PRESIDENTE DA DIREÇÃO**

---

**O VICE-PRESIDENTE**

---

**O TESOUREIRO**

---